**PROCESSO**: **n º** 2000-020825/2015

**INTERESSADO:** SESAU – DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

**ASSUNTO:** SOLICITAÇÃO DE MEDICAMENTOS

**DETALHES:** SOL. COMPRA DE MEDICAMENTOS.

Tratam-se os autos sobre o **Processo Administrativo nº 2000-020825/2015,** em 01 (um) volume com 60 (sessenta) fls., que versam sobre a solicitação de pagamento de compra de medicamentos (Norepinefrina Sol. Inj. 2 mg/ml 4ml), sob argumento de abastecimento do estoque da **GERÊNCIA DE NÚCLEO DA CENTRAL DE MEDICAMENTOS – GNCM** para atender a Unidade de Emergência Dr. Daniel Houly. As despesas estão orçadas em R$7.630,00 (sete mil e seiscentos e trinta reais), tendo como credora a empresa **JB DE OLIVEIRA JÚNIOR DISTRIBUIDORA ME (CNPJ 04.968.644/0001-29)**.

Os autos foram encaminhados a esta **Controladoria Geral do Estado – CGE** para pronunciamento sobre a possibilidade do pagamento pleiteado.

A análise do Processo Administrativo nº 2000-020825/2015 restringiu-se à instrução **no que se refere ao cumprimento das fases da despesa pública, explicitado na Lei Federal nº 4.320/64, além da obediência aos princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública.**

**1 – COTAÇÕES DE PREÇOS** – Às fls. 06/08, consta a apresentação das cotações de preços envolvendo sempre as mesmas empresas, tendo como vencedora a **JB DE OLIVEIRA JÚNIOR DISTRIBUIDORA ME**. As empresas envolvidas nas cotações de preços são as seguintes: DEPÓSITO GERAL DE SUPRIMENTOS HOSPITALARES LTDA., ALAGOAS COMERCIAL MÉDICA LTDA. E COMAC – COMÉRCIO DE MATÉRIAIS CIRÚRGICOS LTDA. As referidas empresasparticipavam, presume-se, para atender ao número mínimo de três cotações.

O *layout* das tabelas apresentadas pelas empresas JB DE OLIVEIRA JÚNIOR DISTRIBUIDORA MEe COMAC – COMÉRCIO DE MATÉRIAIS CIRÚRGICOS LTDA.nas propostas de preços são semelhantes. As propostas de preços das empresas DEPÓSITO GERAL DE SUPRIMENTOS HOSPITALARES LTDA. e ALAGOAS COMERCIAL MÉDICA LTDA estavam assinadas pela mesma pessoa, Sra. Karla Cristina Santos Silva.

Neste caso, caberia ao setor responsável **avaliar a idoneidade das pesquisas de preços**, evitando indícios de simulação, conforme determina o TCU, através do **Acórdão nº 194/2011 – Plenário**.

Vale destacar a determinação do Tribunal de Contas da União – TCU, através do Acórdão n° 1.038/2011 – Plenário: ***“... realize prévia pesquisa de preços no mercado local e, em caso de necessidade de contratações diversas de mesma natureza, atente para a necessidade de revezamento de fornecedores e/ou a juntada de cotações de diferentes fornecedores nos respectivos processos, além de evitar o fracionamento de despesas, observando-se os limites do art. 24 da supracitada Lei.” (G.N).***

O serviço foi solicitado pela Coordenadora de Administração e Logística - SESAU, conforme MEMO/DAF/SESAU nº 1393/2015, datado de 28 de agosto de 2015 (fl. 02).

**2 – APRESENTAÇÃO DO CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL ANTES DA CONTRATAÇÃO** - Verifica-se a apresentação do Certificado de Registro Cadastral – CRC (fl. 24), sem a identificação do servidor responsável pela emissão, com validade até 10/01/2017, em substituição aos documentos enumerados nos arts. 28 a 31 da Lei nº 8.666/83, conforme determina o art. 32, §§ 2º e 3º, da mesma Lei.

Não é possível comprovar, nos autos do processo, a competência da SESAU para emissão de Certificado de Registro Cadastral – CRC, no âmbito estadual. Dessa forma, **reitere-se a ausência** **dos documentos de regularidade fiscal e habilitação jurídica descritos nos artigos 28 a 31 da Lei nº 8.666/93.**

**3 – PROCESSO LICITATÓRIO ARQUIVADO** – A Coordenadora de Administração e Logística (fl. 02) informa a existência de processo licitatório sob o nº 12.144/2015. No entanto, o número correto do referido processo seria 2000-12114/2015.

Em consulta ao portal do INTEGRA, em 25/10/2017, verifica-se que a referida licitação iniciou em 27/05/2015, encontrando-se **arquivado** na Gerência de Logística, desde 01/09/2016. Considerando o prazo de tramitação do processo licitatório, deveria constar nos autos as justificativas em relação ao arquivamento da referida licitação. Tais justificativas poderiam eliminar a hipótese de falta de interesse da SESAU em concluir o processo com vista à continuidade na contratação de forma direta. Ademais, o atraso na conclusão do processo licitatório não se constitui em pressuposto para aplicação do caso de dispensa de licitação, fundamentado no Art. 24, IV, da Lei Federal nº 8.666/93, conforme entendimento do próprio Tribunal de Contas da União – TCU.

**4 – AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO –** Verifica-se que foi acostado aos autos a AUTORIZAÇÃO para aquisição, emitida pela gestora da SESAU a época, devidamente assinada (fl. 21)

**5 – NOTA DE EMPENHO SEM ASSINATURA DO GESTOR** - Destaca-se que a emissão da Nota de Empenho (**2016NE19222**), à fl. 25, ***não possui assinatura da ordenadora de despesa,*** assim como não consta nos autos documento que evidencie a autorização para emissão de nota de empenho. Alerte-se, ainda, para a ausência de documento que ateste a condição de autoridade competente do então Gerente de Finanças, Helion Dionísio de Oliveira, possibilitando a prática de tal ato. Salienta-se que nos termos do art. 58 da Lei nº 4.320/1964, ***o empenho de despesa é ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição*.**

Ressalte-se ainda o entendimento da Procuradoria Geral do Estado de Alagoas, conforme Parecer PGE/ASS N° 36/2007, quanto à exigência de que conste da nota de empenho a assinatura do ordenador de despesa, bem como do responsável financeiro. A Controladoria Geral do Estado – CGE, através da Instrução Normativa CGE Nº 001/2007, em seu art. 1º, já determinava que as notas de empenho deveriam conter as *“...assinatura do ordenador de despesa ou do* ***servidor quer detenha delegação para tanto****, e do responsável financeiro de cada Órgão do Poder Executivo Estadual.*” (G.N.).

**6 – FRACIONAMENTO DE DESPESA -** Com base em relatório extraído do Extrator/SIAFEM, a empresa **JB DE OLIVEIRA JÚNIOR DISTRIBUIDORA ME (CNPJ 04.968.644/0001-29)** recebeu do Estado de Alagoas, entre os dias 22/23 de março de 2016 o valor total de R$ 38.512,00 (trinta e oito mil e quinhentos e doze reais), totalizando, no exercício de 2016, o montante de 46.142,00 (quarenta e seis mil e cento e quarenta e dois reais) referente a aquisição de Medicamentos, cujos pagamentos, em sua maioria, foram efetuados em valores próximos a R$8.000,00 (oito mil reais), conforme consulta ao Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios – SIAFEM.

Em se tratando da aquisição de material do mesmo gênero e natureza, deveria a SESAU ter adotado medidas visando à realização do procedimento licitatório, abrangendo o exercício financeiro, evitando o fracionamento de despesas, em atendimento ao disposto no art. 37, inc. XXI, da Constituição Federal e no art. 23 da Lei nº 8.666/93.

O TCU, através do Acórdão nº 704/2004 – Plenário, determina: ***“Planeje adequadamente as aquisições e/ou contratações a fim de evitar o fracionamento da despesa, em observância ao art. 23, § 5˚, da Lei n.˚ 8.666/93.”***O mesmo TCU, através do Acórdão TCU nº 1.131/2006 – 1ª Câmara determina a realização de licitação nas aquisições de materiais que possam vir a extrapolar o limite de dispensa de licitação, os quais poderiam ser adquiridos de forma unificada.

**7 – CERTIDÕES DE REGULARIDADE –** Em análise aos documentos apensados aos autos as folhas 29 a 33, observa-se parte das Certidões de Regularidade da Empresa **JB DE OLIVEIRA JÚNIOR DISTRIBUIDORA ME**, dentro do prazo de validade em relação a data de emissão do documento fiscal.

**8 – LIQUIDAÇÃO DA DESPESA -** Conforme determina a Lei Federal nº 4.320/64, arts. 62 e 63, a empresa **JB DE OLIVEIRA JÚNIOR DISTRIBUIDORA ME** apresentou o **DANFE nº 000.002.967** (à fl. 34), datada de 06/01/2017, o que, em princípio, comprova o direito adquirido em receber o respectivo crédito, possibilitando a seguinte verificação: a) a origem e o objeto que se deve pagar; b) a importância exata a pagar; c) a quem se deve pagar a importância para extinguir a obrigação. O documento comprobatório do respectivo crédito encontra-se devidamente atestado pelo Diretor de Assistência Farmacêutica, Sr. João Jorge Góes Lobo, em 10/01/2017.

A Controladoria Interna (fls. 40/41), conforme inspeção *“in loco”*, foi acostado ao processo documento assinado pelo Diretor de Assistência Farmacêutica, Sr. João Jorge Góes Lobo, confirmando a entrega do material.

**9 – DO ATENDIMENTO AO DECRETO ESTADUAL Nº 51.828/2017** – Observou-se o não cumprimento ao que determina o art. 48, §1º, I ao IV, do Decreto Estadual nº 51.828/2017, quanto ao ato de reconhecimento da divida onde o gestor deve informar:

1. Se existe dotação orçamentária suficiente para a realização do empenho e liquidação no SIAFEM;
2. A estimativa do impacto orçamentário-financeiro da dívida a ser reconhecida no orçamento vigente e posteriores, considerando os limites estabelecidos na programação orçamentária e financeira para o exercício;
3. Declaração do ordenador da despesa de que o reconhecimento da dívida é exequível na execução orçamentária e financeira para o exercício vigente e seu impacto na execução orçamentária e financeira não impedirá ou prejudicará o funcionamento das atividades do órgão ou da entidade até o final do exercício sem aumento na dotação disponível;
4. Da indicação das causas que levaram ao não pagamento da dívida nos exercícios anteriores.

**10 - DA AUSÊNCIA DE CONTRATO –** Conforme informação do Setor de Contratos (fl. 39) NÃO EXISTE contrato entre a SESAU e a **JB DE OLIVEIRA JÚNIOR DISTRIBUIDORA ME**, o que contraria o art. 62 da Lei Federal nº 8.666/93.

**11 - DA ANÁLISE JURÍDICA –** No contexto do processo INEXISTE o parecer da Procuradoria Geral do Estado – PGE, que trata do que expõe a Lei Complementar Estadual nº 07/1991, no que concerne ao ***controle interno da legalidade e da moralidade administrativa, procedendo ao exame de todo e qualquer documento público, e a propositura de anulação de ato administrativo que se torne lesivo ao interesse público, ou afrontoso aos princípios da moralidade ou da legalidade administrativa, sem prejuízo da competência dos órgãos técnicos*.**

De toda a explanação e detalhamento processual, alertem-se para a necessidade de informações, quais sejam:

**I. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO** – Diante da prática reiterada de fracionamento das despesas públicas e burla ao procedimento licitatório pela SESAU em face da empresa **JB DE OLIVEIRA JÚNIOR DISTRIBUIDORA ME (CNPJ 04.968.644/0001-29)**, urge que se apure a boa fé do particular contratado mediante instauração de processo administrativo, no âmbito da SESAU, em obediência ao art. 2º, parágrafo único, inciso IV, da Lei Estadual nº 6.161/2000.

**II. CONDUTA DOS AGENTES PÚBLICOS** – Diante da prática reiterada de fracionamento das despesas públicas e burla ao procedimento licitatório pela SESAU, urge que se apure a conduta dos agentes públicos que, omissivamente ou comissivamente, tenha concorrido para a prática de ilícitos contra a Administração Pública, em obediência ao art. 2º, parágrafo único, inciso IV, da Lei Estadual nº 6.161/2000.

**III. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA -** Que seja atualizada a dotação orçamentária a ser utilizada para a despesa requerida.

**IV. DAS CERTIDÕES** – Quando do pagamento, que as certidões referentes à regularidade fiscal sejam acostadas aos autos em atendimento à legislação pertinente.

**V. DO RECEBIMENTO DOS PRODUTOS** – Que seja comprovado, através de declaração, o efetivo recebimento dos produtos, destacados no DANFE n° 000.002.967, através do responsável pela Unidade de Emergência Dr. Daniel Houly.

**VI. DO CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES CONTIDAS NO ART. 48 DO DECRETO Nº 51.828/2017 –** Que sejam juntados aos autos as declarações e documentos relacionados no art. 48 do referido Decreto Estadual, conforme já citado no Item 9.

Assim, sugere-se o retorno dos autos à Secretaria de Estado da Saúde – SESAU para solução das pendências apontadas nos itens I a VI, ato contínuo, que a Secretaria promova o reconhecimento da dívida à empresa **JB DE OLIVEIRA JÚNIOR DISTRIBUIDORA ME (CNPJ 04.968.644/0001-29)**, mediante publicação do ato, conforme art. 48, § 3º do referido decreto.

Maceió-AL, 30 de outubro de 2017.

Claudivan F. de Almeida

**Assessor de Controle Interno/Matrícula nº 134-1**

Acolho o Parecer.

À superior consideração.

Adriana Andrade Araújo

**Superintendente de Auditagem/Matrícula n° 113-9**